



“Situação de prostituição”: o discurso sobre prostituição da Pastoral da Mulher

Marginalizada frente à organização de prostitutas nas décadas de 1980 a 2000 no Brasil

JOVELINA LENIR CARLINI DA ROCHA*

INTRODUÇÃO

O presente trabalho se caracteriza como um recorte da pesquisa de dissertação em andamento desta pesquisadora. O estudo em nível de mestrado tem como foco a análise da institucionalização do discurso sobre prostituição na Pastoral da Mulher Marginalizada (PMM) em Rondonópolis-MT, nas décadas de 1990 e 2000. Em decorrência deste objeto e do conteúdo que ele produz e pelo qual atua, foi possível identificar uma produção de nomenclatura que hipoteticamente resultou da reação à perspectiva trabalhista de prostituição, gradativamente construída por parte significativa do movimento associativo de prostitutas no Brasil desde meados da década de 1980.

O texto se refere a dois membros de uma mesma batalha de saber sobre prostituição, que produzem este conforme ambos estabelecem relações dentro desta batalha – mas não apenas em decorrência dela. Dito isto, será analisado como a PMM produz seu discurso abolicionista em reação a adesão ao regulamentarismo de parte do movimento de prostitutas, especificamente da Rede Brasileira de Prostitutas. O recorte temporal parte da emergência de associações de prostitutas em finais de 1980, até a década de 2000, quando a Rede oficializa sua perspectiva regulamentarista através do apoio à um Projeto de Lei que versa sobre este sistema, bem como década em que a PMM passa a utilizar a perspectiva “mulheres em situação de prostituição” para se referir às prostitutas.

Como recorte e ênfase especificamente na negação da concepção trabalhista da PMM, o texto trata de algumas inferências sobre como a PMM reage, com finalidade de compreender o uso de noções e conceitos que ela adapta, transforma e se apropria na construção do seu discurso abolicionista. À vista disso, me volto para a consideração da permanência de alguns posicionamentos relativos à sua emergência no Brasil, mas, fundamentalmente, elementos da institucionalização da PMM em Rondonópolis. Por esta Pastoral local, criada em 1994, não apenas foi possível visualizar o momento em que “mulheres em situação de prostituição” passou a ser utilizado, mas também a seleciono devido a sua importância institucional em âmbito nacional. Ocasionalmente pela produção de conhecimento nas três frentes de atuação em

* Universidade do Estado de Santa Catarina (UDESC), mestranda em História e bolsista CAPES.



que a PMM atua: a prostituição, a exploração sexual de crianças e adolescentes e o tráfico de pessoas. De forma que ela assume um papel importante enquanto organismo “completo”.

As fontes utilizadas são documentos produzidos pela própria instituição, como os relatórios de encontros nacionais e locais, boletins de circulação interna e informações oriundas da tese sobre a PMM na área de Ciências Sociais, escrita por Andreia Skackauskas (2014). Para tal feito acionei instrumentos teóricos-metodológicos de obras do filósofo Michel Foucault. Especificamente o conceito de *genealogia* (FOUCAULT, 2008) é ferramenta adaptada e utilizada para análise da formação e transformação discursiva, ao lado da perspectiva de *acontecimento* (FOUCAULT, 1994), ao propor a negação da origem e considerar as condições de possibilidade para emergência do acontecimento como uma singularidade histórica. Neste sentido, trata-se de interpretar e considerar o movimento associativo de prostitutas como uma das condições de permanência e transformação do discurso em questão.

Pastoral da Mulher Marginalizada: fixação do saber e emergência da Rede

A Pastoral da Mulher Marginalizada emerge na década de 1960 no Brasil. A análise das suas condições de emergência e proveniência indicam que ela se relaciona com a batalha discursiva¹ sobre prostituição do século XIX (RAGO, 1985; ESTEVES, 1989; NASCIMENTO, 2008; ROBERTS, 1996). Especificamente com a emergência da perspectiva abolicionista que aparece em reação direta às tentativas de regulamentação da prostituição na Inglaterra em 1970. O abolicionismo cristão expandiu seu discurso com a criação da FAI (Federação Abolicionista Nacional), chegando à um padre e à uma ex-prostituta na França, em 1940. Juntos iniciaram um trabalho de assistencialismo e proteção com prostitutas na instituição inicialmente católica *Ninho*. Em contato com um Bispo através da Juventude Operária Católica brasileira, o padre referido se tornou o acasoa da perspectiva abolicionista que chegou ao Brasil na década de 1970.

A possibilidade de institucionalização de um discurso que compreende a mulher em situação de prostituição como vítima de um sistema socioeconômico e não mais como pecadora, tal como o cristianismo concebeu ao longo de sua história, se relaciona também com outros dois elementos. Primeiro, se relaciona com a circulação do discurso feminista, não apenas

¹ Na Introdução de “Eu, Pierre Rivière, que degolei minha irmã, minha mãe e meu irmão”, livro escrito por Foucault, o autor explica como três relatórios médicos, de estatutos, origem e conclusões diferentes versam sobre o mesmo assunto. Apesar dessa semelhança última, Foucault afirma que eles não formam nem uma obra ou um texto, mas sim uma luta, um confronto, “uma batalha de discursos e através de discursos”. O conceito é empregado nesta dissertação a partir da compreensão de que vários discursos, de estatutos e origem diferentes, como o médico e o policial, versam sobre a temática prostituição, estabelecendo assim, uma batalha discursiva, que também está presente a Igreja.



porque as primeiras abolicionistas assim se identificavam, mas porque foi preciso colocar a exploração das mulheres em evidência para que a Igreja ressignificasse minimamente e aos poucos o discurso sobre o gênero feminino. Junto a tal possibilidade, coloca-se ainda a Teologia da Libertação. Em decorrência do novo modelo de ser Igreja (SADER, 1988; LOWY, 2000) que se formava no Brasil em meados do século XX, foi possível fazer uma crítica ao sistema capitalista e visualizar que problemas socioeconômicos resultavam na procura de mulheres pobres pela prostituição.

Tais elementos possibilitou uma pastoral social da Conferência Nacional dos Bispos do Brasil (CNBB), assim nomeada em 1987, que concebe a prostituição como exploração causada por problemas socioeconômicos. A visualização desses elementos que se cruzam e produzem a existência da prostituição, faz com que ela se posicione contra qualquer perspectiva de regulamentação. Visa, pois, a abolição da atividade, bem como não considera a possibilidade da prática ser proibida, já que a mulher em situação de prostituição é considerada como vítima independentemente da sua adesão, opção ou gosto pela atividade. Espalhada em inúmeras cidades, a PMM conta com agentes voluntários que fazem abordagem em locais de prostituição, se posicionando como presença solidária e evangelizadora, fornecendo palestras e oficinas, em alguns casos cursos profissionalizantes, e tem algumas práticas assistencialistas.

Inicialmente, a Pastoral fazia um trabalho de intervenção nas zonas de prostituição, debatia entre si as causas da atividade e militava dentro da Igreja e da sociedade para convencê-las sobre a necessidade de ver no sistema socioeconômico a precarização da vida e a procura pela prostituição. Foi possível identificar também no discurso das primeiras décadas certa consideração do discurso feminista, especificamente sobre aquilo que a ajudava a analisar os motivos pelos quais as mulheres eram prostituídas, motivos de oferta e procura.

No entanto, a ausência de alguma organização que coloca que questionasse tal saber, não solicitava a delimitação específica, através de conceitos e categorias, de uma intervenção bem definida. Tanto que a nomenclatura para se referir as prostitutas atendidas variava nas fontes. Encontrou-se prostituta, mulher prostituída, mulheres da zona, madalenas entre outros. Assim continuou até a década de 2000, ainda que a partir do final da década de 1980 a Pastoral passou a ter que lidar com novas questões, intensificar sua ação para continuar como *locus* de saber e expandir sua luta para outras frentes.

A partir da referida década a PMM teve que lidar com problemas que não diziam mais respeito apenas ao convencimento da Igreja sobre a responsabilidade em lidar com a existência da prostituição pelo fato de que a prostituta era vítima do sistema socioeconômico e não



peçadora. Em meados de 1980 começou a emergir no Brasil, inclusive por intermédio das Pastorais (SKACKAUSKAS, 2014), o movimento associativo de prostitutas, que mobilizou modificações na PMM.

Através do espaço de fala dado pela PMM nos encontros nacionais, com início em 1984, as prostitutas buscaram e conquistaram espaço e adeptas para mobilizar outras mulheres e promover encontros em que apenas elas tivessem voz, bem como um espaço em que elas não fossem tratadas apenas como vítimas e pudessem partilhar questões que perpassavam o cotidiano na prostituição, como consta em uma carta escrita por Gabriela Leite encontrada no arquivo da PMM referente ao ano de 1987. Em detrimento da movimentação emergente e com o apoio da PMM e do Instituto de Estudos da Religião (ISER), foi realizado então o I Encontro Nacional de Prostitutas no Rio de Janeiro, em 1987 (MARINHO, 2007). E dele surgiu a Rede Brasileira de Prostitutas.

Em 1988 foi instituída legalmente a associação de Vila Mimosa. Dois anos depois surgiu a Associação das Prostitutas do Ceará (APROCE) e o Grupo de Mulheres Prostitutas da Área Central (GEMPAC). No ano seguinte foi formalizada a Rede Nacional de Profissionais do Sexo, agora denominada Rede Brasileira de Prostitutas², como uma rede de militância em relação ao exercício da prostituição. E em 1991 surgiu a Associação Sergipana de Prostitutas (ASP) e também a Associação das Damas da Vida do Estado do Rio de Janeiro. Entre 1995 e 2001 surgiu ainda, em Ribeirão Preto, a associação Vitória Régia e a Associação das Profissionais do Sexo da Bahia (APROSBA) (MARINHO, 2007).

As prostitutas imersas em relações com a PMM começaram a perceber a necessidade de intervenção acerca dos problemas vividos cotidianamente na prostituição. Apesar de, a princípio, a questão da profissionalização ter ficado aberta. No entanto, Aparecida Fonseca Moraes (1995) afirma que através de visões de mundo das prostitutas, a ideia de degradação econômica foi relativizada. A experiência cotidiana e o partilhamento de perspectivas e problemáticas vividas no dia a dia por mulheres inseridas na prostituição possibilitou a compreensão de que mesmo submetidas a certas condições de exploração, elas criam estratégias para resistir ou até mesmo anular situações de opressão. Tal ponto de vista passou também a

² Inicialmente denominada Rede Nacional de Profissionais do Sexo, a Rede modificou seu nome duas vezes. Primeiramente, logo na década de 1990, tornando-se conhecida mundialmente, mobilizou-se para um novo nome: Rede Brasileira de Profissionais do Sexo. Posteriormente, em 2004, com a politização do termo “prostitutas”, vendo neste a possibilidade de colocar em evidência a prostituição como direito sexual, passaram a se chamar Rede Brasileira de Prostitutas.



ser defendido por feministas, junto à outra perspectiva que politizou o livre exercício da prostituição a partir do ponto de vista da liberdade sexual.

O levantamento de aflição das mulheres refletia problemas comuns de classe e gênero, mas aos poucos, questões específicas como a saúde das prostitutas, local para exercício da prostituição, violência e garantia de direitos trabalhistas começaram a aparecer, passaram então a exigir reconhecimento de condição de mulher trabalhadora. Em 1994, no III Encontro da Rede, “reinvindicações dos direitos trabalhistas apareceram. Já não eram mulheres genéricas reivindicando saúde e integridade, mas trabalhadoras” (SKACKUSKAS & OLIVAR, 2010, p. 2). O ápice da fixação da perspectiva trabalhista ocorreu em 2003, quando a Rede manifestou apoio ao PL do deputado do PV-RJ, Fernando Gabeira³, cuja pretensão era regulamentar a atividade. Especificamente neste momento a PMM vai armar visualmente discurso contrário.

A construção da negação da concepção trabalhista de prostituição pela PMM

O número de associação e os eventos que mulheres identificadas como prostitutas realizavam desde a década de 1980 demonstraram para a PMM que a auto-organização das mulheres crescia em número, mas também em produção de conhecimento e relevância política, independentemente das organizações civis que interviam no meio. Essa questão refletia na necessidade de intervir como *locus* de conhecimento, isto é, solicitava que a PMM aos poucos se comportasse como uma produtora oficial de conhecimento sobre a prostituição frente ao Estado e as Políticas Públicas, uma vez que a inexistência desse *locus* poderia resultar no pedido pela profissionalização da atividade. Á vista disso, conforme o debate crescia, a PMM em nível nacional entendia que precisava intervir e, na mesma proporção, a preocupação se expandia para as outras Pastorais locais. A primeira atitude foi fomentar a organização entre as mulheres que entravam em contato, se posicionando como esse *locus*.

No entanto, desde a década de 1970 a PMM já conseguia mensurar os riscos destas mulheres se identificarem como uma categoria. A preocupação mobilizou esta discussão num encontro nacional na década referida, mas a partir de um exemplo europeu. Um documento redigido pelo *Ninho* pode ser encontrado na pasta do 2º Encontro Nacional da PMM, realizado

³ Proposto no ano de 2003, o Projeto de Lei em questão, arquivado, dispunha sobre a exigibilidade de pagamento por serviço de natureza sexual e suprimia os artigos 228, 229 e 231 do Código Penal, que tratam das atividades em torno da prostituição. No caso do então artigo 231, relativo ao tráfico de mulheres, o autor do PL argumenta sua supressão, uma vez que este “somente penaliza o tráfico se a finalidade é o de incorporar mulheres que venham a se dedicar à atividade”. Para mais informações: Câmara Federal. Projeto de Lei n. 98 de 2003 (do Sr. Fernando Gabeira). Brasília: Câmara Federal, 2003. Disponível em: <https://goo.gl/kei2YR>. Acesso em: 11/08/2017.



em 1976, se posicionando sobre um protesto de prostitutas na França. A partir da constatação das violações que as manifestantes sofriam por parte de vários seguimentos sociais, especificamente físicos em relação à polícia e à cliente, o *Ninho* se colocou “ao lado” das prostitutas, sob a argumentação de que elas estavam denunciando “as opressões pelos quais sofrem as pessoas de rua”. No entanto, exaltando a manifestação como “extraordinária tomada de consciência”, o *Ninho* teve a necessidade de afirmar que se posicionava contra a profissionalização da atividade, apesar de estar ao lado delas, apoiando suas reivindicações por segurança, dignidade, respeito e etc.

Esse posicionamento parece ter se tornado exemplo para atuação da PMM no Brasil. Especificamente a diferenciação entre pedido de direitos por serem cidadãos marginalizados e construção de direitos específicos para mulheres em situação de prostituição compôs o posicionamento da Pastoral. Foi dessa maneira que a partir da década de 1990 a PMM passou a fomentar a organização das mulheres em situação de prostituição, se posicionando como mediadora dessa diferenciação, não apenas como organizadora, mas como *locus* do conhecimento citado. Por consequência, na medida em que os grupos se expandiam na década de 1990, ela expandia também seu apoio institucional.

Nos anos iniciais da década de 1990, a PMM focava na perspectiva de que as mulheres prostituídas eram marginalizadas porque eram mulheres, pobres e negras, e a perspectiva trabalhista era mobilizada em função da sua situação cotidiana, da luta diária por melhores condições de vida. Especificamente a questão de gênero foi um processo de construção das próprias agentes pastorais dentro da categoria. Se durante a década de 1980 a PMM exaltava ponderadamente o movimento feminista por ter colocado em evidencia as diferenças entre gêneros expressas na moral cristã, no início da década de 1990 ela flertava com o movimento. Principalmente se aproximou da vertente radical para condenação da existência da prostituição como violência cometida às mulheres por consequência do patriarcado.

Nesse flerte, foi possível identificar nos relatórios dos encontros nacionais e no boletim “Mulher Libertação” uma confusão generalizada para se referir as prostitutas. Falavam em problemas de “mulheres”; conquistas de “mulheres no século XX”; mudanças possibilitadas para “mulheres” depois da criação da PMM na cidade. De forma que por vezes foi difícil identificar de que mulheres os relatórios e boletim se dirigiam. Em alguns momentos utilizavam a expressão “mulheres da base”, mas o termo também se confundia com o utilizado para se referir as mulheres leigas que estavam na base da Igreja.



Especificamente a expressão “mulheres em situação de prostituição” passou a ser usada nas falas das agentes pastorais em Rondonópolis a partir de 2004 e contrasta com a utilizada por esta PMM local: “profissionais do sexo”. O contexto sugere alguns dos motivos. Além da tramitação do PL de Fernando Gabeira que ganhou apoio da Rede, em 2000 foi aprovada a nova versão da Classificação Brasileira de Ocupação (CBO) (modificada em 2002) sob coordenação do Ministério do Trabalho e do Emprego. A atividade passou a compor o conjunto “prestação de serviço” como “profissional do sexo” e outras nomenclaturas com mesmo significado (RODRIGUES, 2009).

A opção por parte da PMM em Rondonópolis em utilizar a expressão proposta pelo próprio movimento de prostitutas, pode se relacionar com o meio financeiro pelo qual provém parte do seu recurso. A Rede não apenas era pioneira de projetos financiados pelo Ministério da Saúde, como estabelecia relações com a PMM, sendo a PMM em Rondonópolis também financiada pelo Ministério da Saúde. Suas proposições eram vistas como ideias para lidar com o que se chamou primeiramente de “grupo de risco” de DST/Aids, contrariar a nomenclatura não parece ser algo positivo do ponto de vista da permanência na batalha, assim como não afastaria a PMM da Rede. De forma que até então, chamar as mulheres que se ocupavam da prostituição como atividade laboral de profissionais do sexo, não necessariamente implicou em ser a favor da regulamentação da prostituição.

Considerações Finais

A Pastoral da Mulher Marginalizada existiu até meados de 1980 sem que seu discurso fosse questionado enquanto moralista ou que a produção acadêmica questionasse seu principal fundamento. Nesta perspectiva, Maria Dulce Gaspar (1985) afirma que até a década citada a literatura acadêmica tratava a prostituição como saída para problemas socioeconômicos, de forma que inexistia a manifestação de qualquer teoria que visualizasse a prostituição através de uma perspectiva contratualista (PATEMAN, 1993) diferente daquela do século XIX que concebia a prostituição como um mal necessário (RAGO, 1985).

No entanto, a associação de prostitutas no Brasil mobilizou a produção de saber da PMM, de forma que esta deveria se adequar estrategicamente para permanecer no debate como interventora legitimada da prostituição. Em detrimento disto, o discurso da PMM vai sofrer modificações no que tange a negação de inferências, a apropriação de noções e a adaptação de categorias. É dentro desse contexto de luta pela legitimação do saber que visualizaremos através da Pastoral em Rondonópolis a PMM criar a categoria “mulheres em situação de prostituição”.



A partir da separação das relações entre PMM e Rede, ocasionada pela manifestação da Rede em apoio ao PL de Fernando Gabeira, a primeira organização passou a elaborar discurso contrário as proposições da segunda. As proposições sugeriam a necessidade de nomenclatura diferenciada, perspectiva que tem como condição de possibilidade, portanto, a necessidade de diferenciar como as mulheres são percebidas dentro do abolicionismo e dentro do regulamentarismo. É como oposição ao entendimento de prostituição enquanto “trabalho como outro qualquer” que a PMM cria uma perspectiva situacional, a fim de marcar o fato de que as mulheres estariam na prostituição apenas para resolver questões socioeconômicas e não porque o trabalho traz gratificações, prazer e etc.

Constata-se, portanto, que a PMM em Rondonópolis utilizava em certa medida a perspectiva trabalhista que compunha o discurso do movimento de prostitutas, mas a intervenção política por ela desejada era a inexistência da prostituição ocasionada pela resolução dos problemas socioeconômicos. Neste sentido, ela modifica e cria seu discurso abolicionista conforme ela reage à batalha discursiva em que está inserida. O movimento associativo de prostitutas, no caso, especificamente a Rede, se relaciona com as condições de permanência do discurso da PMM. Antes da emergência desse sistema entre as próprias prostitutas, a PMM não necessitava firmar uma nomenclatura que fosse oposição óbvia em relação à perspectiva trabalhista, posteriormente, o termo “mulheres em situação de prostituição” passou a marcar seu discurso abolicionista.

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

ESTEVES, Martha de Abreu. **Meninas Perdidas**: os populares e o cotidiano do amor no Rio de Janeiro da Belle Époque. Rio de Janeiro: Editora Paz e Terra, 1989.

FOUCAULT, M. **A arqueologia do saber**. Rio de Janeiro: Forense Universitária, 2008.

_____. **A ordem do discurso**. São Paulo: Edições Loyola, 2014.

_____. **Eu, Pierre Rivière, que degolei minha irmã, minha mãe e meu irmão**. Rio de Janeiro: Edições Graal, 2000.

_____. **Qu'est-ce que les Lumières?** Traduzido a partir de FOUCAULT. Dits et Écrits. Paris: Gallinard, 1994, vol IV, p. 679-688, por Wanderson Flor do Nascimento.

GASPAR, Maria Dulce. **Garotas de Programa em Copacabana e Identidade Social**. Rio de Janeiro: Editora Jorge Zahar, 1985.



LÖWY, Michel. **A guerra dos deuses: religião e política na América Latina**. Petrópolis: Vozes, 2000.

MARINHO, Mônica Benfica. **A Carreira da Prostituta Militante: um estudo sobre o papel das práticas institucionais na construção da identidade da prostituta militante da Associação das Prostitutas da Bahia**. Tese (Doutorado em Ciências Sociais) - Universidade Federal da Bahia (UFBA). Salvador, 2007.

MORAES, Aparecida Fonseca. **Mulheres da Vila: prostituição, identidade social e movimento associativo**. Petrópolis, Rio de Janeiro: Vozes, 1995.

NASCIMENTO, Uelba Alexandre do. **O Doce Veneno da Noite: prostituição e cotidiano em Campina Grande (1930-1950)**. Campina Grande: EDUFCEG, 2008.

PATEMAN, Carole. O que há de errado com a prostituição? In: PATEMAN, Carole. **O contrato sexual**. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1993.

RAGO, Margareth. **Do cabaré ao lar: a utopia da cidade disciplinar – Brasil, 1890-1930**. São Paulo: Paz e Terra, 1985.

ROBERTS, Nickie. **A prostituição através dos tempos na sociedade ocidental**. Lisboa: Editorial Presença, 1996.

RODRIGUES, Marlene Teixeira. A prostituição no Brasil contemporâneo: um trabalho como outro qualquer? **Ver. Katál**. Florianópolis, v.12, n. 1, jan/jun. 2009, p. 68-76.

_____. **Polícia e Prostituição Feminina em Brasília** – um estudo de caso. Tese (Doutorado em Ciências Sociais) – Universidade de Brasília (UNB). Brasília, 2008.

_____. Prostituição Feminina – uma aproximação ao debate contemporâneo. **Anais do Fazendo Gênero 9**, 23 a 26 de agosto de 2010.

SADER, Eder. **Quando novos personagens entram em cena: experiências, falas e lutas dos trabalhadores da Grande São Paulo, 1970-80**. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1988.

SKACKAUSKAS, Andreia. **Prostituição, gênero e direitos: noções e tensões nas relações entre prostitutas e Pastoral da Mulher Marginalizada**. Tese de Doutorado. Programa de Doutorado em Ciências Sociais. Universidade Estadual de Campinas, 2014.

SKACKAUSKAS, A; OLIVAR, J. Prostitutas, Feministas e Direitos Sexuais – Diálogos possíveis ou impossíveis? **Fazendo Gênero 9**, Florianópolis, 23 a 26 de ago. 2010. Disponível em: <https://goo.gl/CiK6v2>. Acesso em: 15 de ago. 2017.